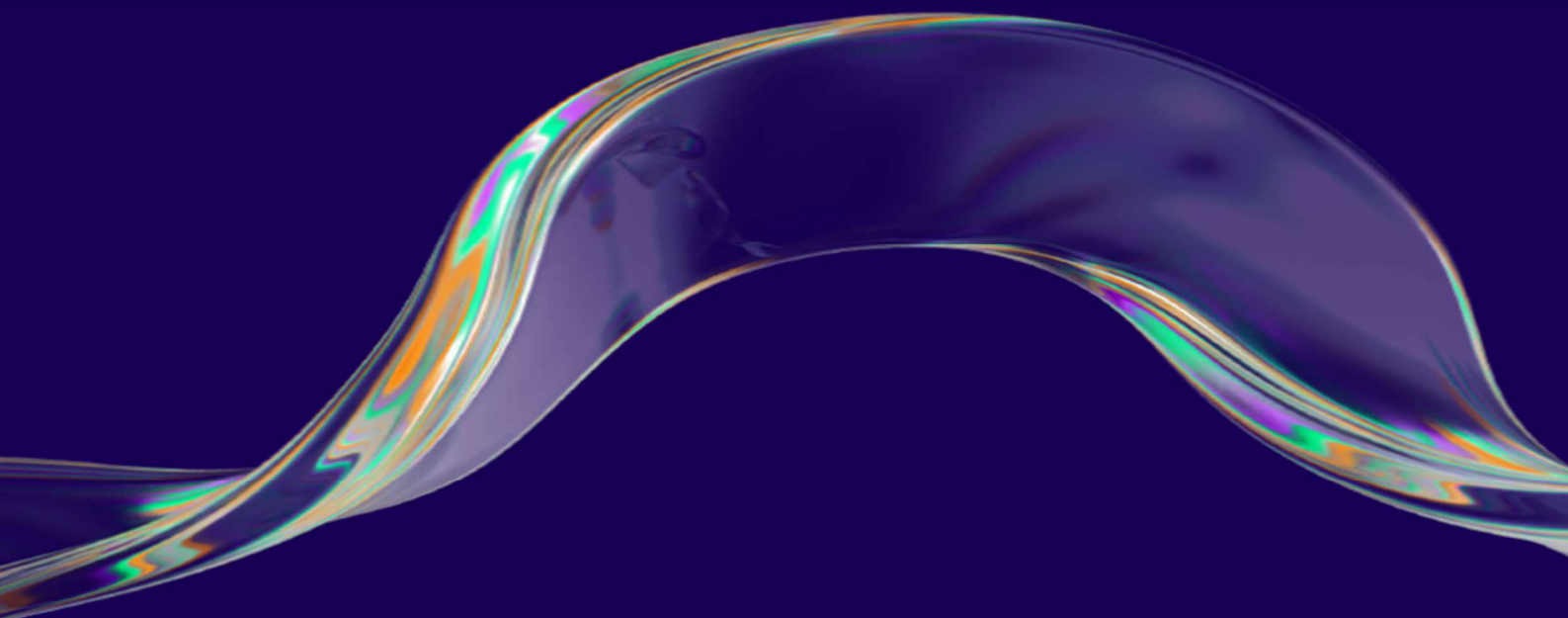


Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.



**Demonstrações
financeiras consolidadas
e individuais em 31 de
dezembro de 2025
e relatório dos auditores**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.

adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.




Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Índice

Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Demonstração do resultado.....	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Balço patrimonial	9
Demonstração das mutaões do patrimnio líquido	10

Notas explicativas da Administraão às demonstraões financeiras consolidadas e individuais.

1	Consideraões gerais.....	11
2	Apresentaão das demonstraões financeiras e resumo das prticas contábeis	13
3	Novas normas, alteraões e interpretaões de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	14
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	15
5	Receita.....	16
6	Custos e despesas.....	17
7	Resultado financeiro líquidoZ_ResulFIN_cons	17
8	Caixa, equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva.....	17
9	Aplicaões financeiras	18
10	Fundo de liquidez – conta reserva	18
11	Qualidade de créditos dos ativos financeiros.....	19
12	Contas a receber de clientes	19
13	Investimentos.....	21
14	Imobilizado	22
15	Financiamentos	25
16	Provisão para litígios	27
17	Obrigaões com desmobilizaão de ativos.....	27
18	Partes relacionadas	29
19	Patrimnio líquido.....	30
20	Imposto de renda e contribuiao social	30
21	Instrumentos financeiros e gestão de risco	31

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	5	69.951	99.496	-	-
Custo com energia elétrica	6	(11.905)	(30.979)	-	-
Custo com operação	6	(26.431)	(27.146)	-	-
Lucro bruto		31.615	41.371	-	-
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	6	(7.603)	(7.913)	(406)	(412)
Outras receitas operacionais, líquidas	6	542	13	-	-
		(7.061)	(7.900)	(406)	(412)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		24.554	33.471	(406)	(412)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	13	-	-	(2.875)	1.018
		-	-	(2.875)	1.018
Resultado financeiro líquido	7				
Receitas financeiras		16.960	34.891	7.109	29.823
Despesas financeiras		(36.059)	(38.094)	(3.921)	(5.033)
		(19.099)	(3.203)	3.188	24.790
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		5.455	30.268	(93)	25.396
Imposto de renda e contribuição social	20				
Correntes		(5.991)	(4.872)	(443)	-
Diferidos		(325)	(8.735)	(325)	(8.735)
Lucro (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas		(861)	16.661	(861)	16.661
Lucro (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas controladores		(861)	16.661	(861)	16.661
Lucro (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas não controladores		245	(509)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(616)	16.152	(861)	16.661

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(861)	16.661	(861)	16.661
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
	(861)	16.661	(861)	16.661
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	(861)	16.661	-	-
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	245	(509)	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(616)	16.152	(861)	16.661

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		5.455	30.268	(93)	25.396
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Juros e variações monetárias		31.057	31.916	-	-
Depreciação e amortização	6	20.310	20.308	-	-
Apropriação de custos de captações	7	332	332	-	-
Rendimentos sobre fundo de reserva		(1.326)	(958)	-	-
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	7	528	539	-	-
Equivalência patrimonial	13	-	-	2.875	(1.018)
Ajuste a valor presente dos arrendamentos		-	2	-	-
Provisão (reversão) para litígios		(538)	4	-	-
		55.818	82.411	2.782	24.378
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		4.008	(4.302)	-	-
Tributos a recuperar		(691)	(452)	(776)	(699)
Demais créditos e outros ativos		228	30	-	(1)
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores		(263)	3.503	(22)	41
Tributos a recolher		(5.753)	(843)	(306)	13
Partes relacionadas		3.114	3.812	-	-
Demais obrigações e outros passivos		2.008	16.176	2.095	16.479
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		58.469	100.335	3.773	40.211
Juros pagos sobre financiamentos					
	15(c)	(15.469)	(15.523)	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos					
		(1.279)	(3.250)	(130)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		41.721	81.562	3.643	40.211
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(6.159)	-	(584)	-
Resgate (aplicação) de conta reserva		1.024	351	-	-
Aquisição de imobilizado		(417)	46	-	-
Redução de capital em controladas	1.1.1(a)	-	-	52.448	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(5.552)	397	51.864	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Liquidação de financiamentos	15(c)	(17.566)	(16.713)	-	-
Liquidação de arrendamentos		(10)	(16)	-	-
Aumento (redução) de capital	1.1.1(b)	(93.000)	-	(93.000)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(110.576)	(16.729)	(93.000)	-
Acrécimo (Decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa					
		(74.407)	65.230	(37.493)	40.211
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		99.573	34.343	40.807	596
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		25.166	99.573	3.314	40.807

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações consolidadas e individuais.

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.
Balço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	25.166	99.573	3.314	40.807
Aplicações financeiras	9	6.159	-	584	-
Contas a receber de clientes	12	4.853	8.861	-	-
Tributos a recuperar		1.587	896	1.508	732
Dividendos a receber		-	-	-	484
Outros ativos		487	711	4	4
		<u>38.252</u>	<u>110.041</u>	<u>5.410</u>	<u>42.027</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	10.343	10.041	-	-
Partes relacionadas	18	3.562	3.562	-	-
		<u>13.905</u>	<u>13.603</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Investimentos	13	-	-	58.568	113.407
Imobilizado	14	374.623	395.923	-	-
Intangível		463	489	-	-
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		-	9	-	-
		<u>388.991</u>	<u>410.024</u>	<u>58.568</u>	<u>113.407</u>
Total do ativo		<u>427.243</u>	<u>520.065</u>	<u>63.978</u>	<u>155.434</u>

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Financiamentos	15	18.202	17.363	-	-
Fornecedores		6.163	6.296	29	51
Arrendamentos		-	10	-	-
Tributos a recolher		679	1.720	25	18
Partes relacionadas	18	6.926	3.812	-	-
Provisões para litígios		-	538	-	-
Outros passivos		854	936	4	-
		<u>32.824</u>	<u>30.675</u>	<u>58</u>	<u>69</u>
Não circulante					
Financiamentos	15	319.966	322.451	-	-
Tributos a recolher		4.791	4.791	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		9.060	8.735	9.060	8.735
Partes relacionadas	18	907	907	-	-
Obrigações com desmobilização de ativos	17	4.835	5.875	-	-
Outros passivos		18.570	16.480	18.570	16.479
		<u>358.129</u>	<u>359.239</u>	<u>27.630</u>	<u>25.214</u>
Total do passivo		<u>390.953</u>	<u>389.914</u>	<u>27.688</u>	<u>25.283</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	19	20.490	136.930	20.490	136.930
Reservas de lucros		15.800	-	15.800	-
Prejuízos acumulados		-	(6.779)	-	(6.779)
Total do patrimônio líquido		<u>36.290</u>	<u>130.151</u>	<u>36.290</u>	<u>130.151</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>427.243</u>	<u>520.065</u>	<u>63.978</u>	<u>155.434</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.
Demonstração das movimentações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido
		Capital social	Reserva de investimento		
Em 1º de janeiro de 2024		136.930	-	(23.440)	113.490
Lucro líquido do exercício		-	-	16.661	16.661
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	16.661	16.661
Em 31 de dezembro de 2024		136.930	-	(6.779)	130.151
Em 1 de janeiro de 2025		136.930		(6.779)	130.151
Prejuízo do exercício		-	-	(861)	(861)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	(861)	(861)
Demais mutações patrimoniais do exercício					
Redução de capital	1.1.1 (b)	(93.000)	-	-	(93.000)
Absorção de prejuízos acumulados	1.1.1 (b)	(23.440)	15.800	7.640	-
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		(116.440)	15.800	7.640	(93.000)
Em 31 de dezembro de 2025		20.490	15.800	-	36.290

1 Considerações gerais

A Ventos de São João Paulo II Energia Renováveis S.A. ("Companhia"), é sociedade anônima fechado, com sede na cidade de Maracanaú, estado do Ceará, que foi constituída em 09 de fevereiro de 2015.

A Companhia tem como objeto social (a) a exploração, em nome próprio ou através da participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração elétrica; (ii) a produção e a comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tanto; e, ainda, a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria de projetos eólicos.

A Companhia é controlada direta da Auren Energia S.A. ("Auren").

A Companhia explora e opera as centrais geradoras eólicas localizadas nos estados de Piauí, as quais compõem o complexo eólico Ventos do Piauí II ("VDP II") e Ventos do Piauí III ("VDP III"), com capacidade instalada total de 81 MW, por meio de suas controladas.

As atividades da Companhia e suas controladas, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ocorrem de acordo com as regras e procedimentos de comercialização da CCEE.

As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") conforme listado abaixo:

	Capacidade instalada (Mwm)	Início da concessão	Término da concessão
Complexo Eólico Ventos do Piauí II ("Piauí II"):			
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	36,0	15/10/2022	10/11/2055
Complexo Eólico Ventos do Piauí III ("Piauí III"):			
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	45,0	19/08/2022	10/11/2055

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Movimentação de capital em controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas as movimentações de capital das controladas, conforme tabela a seguir:

Controladas	Capital social das controladas em			
	2024	Redução (Nota 10 (b))	Redução com absorção de prejuízo	2025
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	61.696	(25.668)	(6.403)	29.625
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	62.462	(26.780)	(3.865)	31.818
NK232 Empreendimentos e Participações S.A.	5.647	-	-	5.647
	129.806	(52.448)	(10.268)	67.090

(b) Redução de capital social

Em 29 de setembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada, após a absorção dos prejuízos acumulados até dezembro 2024 no valor total de R\$ 23.440, a redução de capital social, no montante de R\$ 93.000, passando o capital social de R\$ 136.930 (dividido em 205.383.364 ações, nominativas e sem valor nominal) para R\$ 20.490 (dividido em 55.383.364 ações, nominativas e sem valor nominal).

1.1.2 Principais eventos operacionais

(a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações das controladas da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia e suas controladas continuarão monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgarão informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, e diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela Controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

(b) Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(c) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 24 de abril de 2026.

2.2 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas é o Real (“R\$”).

Consolidação

2.3 A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes.

Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Operação em conjunto (*joint operation*)

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia e suas controladas. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

As controladas da Companhia possuem participação nos Consórcios:

(a) a controlada Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A. possui participação de 17,02% na empresa Consórcio Ventos do Piauí II, havendo operação em conjunto com as consorciadas: i) Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.; e ii) Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.

(b) a controlada Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A. possui participação de 21,74% na empresa Consórcio Ventos do Piauí III, havendo operação em conjunto com as consorciadas: i) Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.; ii) Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.; iii) Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.; e iv) Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.

Os Consórcios têm por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/ elevadora, a linha de transmissão, entre outros, para uso de todas as Consorciadas.

Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

	2025		2024		Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante		
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	5,01%	5,01%	50%	100%	Pernambuco - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	5,01%	5,01%	50%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
NK 232 Empreendimentos e Participações S.A..	55%	-	55%	-	São Paulo- Brasil	Holding

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

(b) Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do “ <i>own use</i> ” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “ <i>hedge accounting</i> ” para certos PPAs que não atendam a exceção de “ <i>own use</i> ”.	1° de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1° de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1° de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1° de janeiro de 2027

Reforma tributária:

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia e suas controladas estão acompanhando de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
14	Imobilizado
16	Provisões para litígios
17	Obrigações de desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

A Companhia e suas controladas seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia e suas controladas são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

Contratos *wholesale*: representados por venda de energia, no ambiente de contratação livre, decorrente da garantia física da Companhia.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	Consolidado	
		2025	2024
Receita bruta			
Venda de energia			
Contratos Wholesale		63.988	47.714
Partes relacionadas	18	7.080	54.204
Energia de curto prazo – CCEE		1.878	1.714
		<u>72.946</u>	<u>103.632</u>
		72.946	103.632
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(2.662)	(3.783)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(333)	(353)
		<u>(2.995)</u>	<u>(4.136)</u>
Receita líquida		<u>69.951</u>	<u>99.496</u>

6 Custos e despesas

	Consolidado					
	2025		2024			
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(6.133)	-	-	-	(6.133)	(25.428)
Encargos de uso da rede elétrica	(5.772)	-	-	-	(5.772)	(5.551)
Depreciação e amortização	-	(19.157)	(1.153)	-	(20.310)	(20.307)
Pessoal	-	(63)	(3.620)	-	(3.683)	(3.461)
Pessoal	-	(63)	(3.620)	-	(3.683)	(3.461)
Materiais	-	(2)	(6)	-	(8)	(85)
Materiais	-	(2)	(6)	-	(8)	(85)
Serviços	-	(5.700)	(1.798)	-	(7.498)	(7.815)
Serviços de operação e manutenção	-	(4.907)	-	-	(4.907)	(4.830)
Serviços de terceiros	-	(257)	(215)	-	(472)	(711)
Serviços de manutenção e conservação	-	(536)	(1.583)	-	(2.119)	(2.274)
Outros	-	(1.509)	(1.026)	-	(2.535)	(3.428)
Aluguéis e arrendamentos	-	(1.175)	(151)	-	(1.326)	(1.681)
Seguros	-	-	(829)	-	(829)	(1.199)
Impostos, taxas e contribuições	-	(215)	(24)	-	(239)	(170)
Indenização de seguros	-	-	-	-	-	-
Outros custos e despesas líquidas	-	(119)	(22)	-	(141)	(378)
Demais (despesas) receitas	-	-	-	542	542	50
Outras (despesas) receitas líquidas	-	-	-	542	542	50
	(11.905)	(26.431)	(7.603)	542	(45.397)	(66.025)

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras					
Rendimentos sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		15.373	8.687	5.522	3.619
Juros sobre ativos financeiros		65	26.373	65	26.373
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(260)	(169)	(260)	(169)
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento		1.782	-	1.782	-
		16.960	34.891	7.109	29.823
Despesas financeiras					
Juros sobre financiamentos	15(c)	(15.499)	(15.554)	-	-
Atualização monetária sobre financiamentos	15(c)	(15.558)	(16.362)	-	-
Ajuste a valor presente e atualização monetária da operação de alienação de investidas		(3.917)	-	(3.917)	-
Atualização monetária sobre provisão para litígios		(4)	(2)	-	-
Apropriação dos custos de captações	15(c)	(332)	(332)	-	-
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	17	(528)	(539)	-	-
Outras despesas financeiras		(221)	(5.305)	(4)	(5.033)
		(36.059)	(38.094)	(3.921)	(5.033)
		(19.099)	(3.203)	3.188	24.790

8 Caixa, equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração entre 99,17% e 104,26% do CDI (99,46% e 101% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

(a) **Composição**

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa				
Caixa e bancos	555	346	86	94
	555	346	86	94
Equivalentes de caixa				
Quotas de fundos de investimentos (i)	23.226	57.371	2.682	8.114
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	1.385	41.856	546	32.599
	24.611	99.227	3.228	40.713
Caixa e equivalentes de caixa	25.166	99.573	3.314	40.807

(i) As quotas de fundo de investimento referem-se, exclusivamente, ao Fundo Odessa. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

9 Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração entre 99,17% e 104,26% do CDI.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs")	1.100	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	5.059	-	584	-
	6.159	-	584	-

10 Fundo de liquidez – conta reserva

O fundo de liquidez – conta reserva é constituído com o objetivo de garantir recursos para obrigações específicas, funcionando como uma reserva estratégica. Por sua natureza, os valores alocados nesse grupo não possuem liquidez imediata, sendo classificados no ativo circulante e não circulante. Esses recursos não se enquadram na definição de caixa e equivalentes de caixa, pois são mantidos com destinação vinculada e não para uso operacional corrente.

As aplicações que compõem o fundo de liquidez podem incluir títulos públicos ou privados, geralmente indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, o fundo de liquidez – conta reserva possui taxa de remuneração entre 94,16% e 101,66% do CDI (91,84% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2025
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	2025	2024
Fundo de liquidez - Conta reserva		
Circulante	-	-
Não circulante	10.343	10.041
	10.343	10.041

Os contratos de financiamento da Companhia e suas controladas exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverão permanecer compostas durante toda a vigência dos contratos de financiamentos.

11 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e do fundo de liquidez – conta reserva:

	Consolidado		Controladora	
	Rating local		Rating local	
	2025	2024	2025	2024
AAA	41.637	109.590	3.898	40.807
Sem rating	31	24	-	-
	41.668	109.614	3.898	40.807

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

12 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

Mensalmente, a área de Pós-vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia no ambiente de comercialização livre, normalmente, possuem prazo de recebimento entre 45 dias.

(a) Composição

	Consolidado	
	2025	2024
Contratos Wholesale	3.829	3.598
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 18)	149	355
Partes relacionadas	875	4.908
	4.853	8.861

(b) Vencimentos de contas a receber

Consolidado

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	2024
A vencer	4853	8.712
Vencidos até 3 meses	-	149
	4.853	8.861

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas não possuem saldos vencidos nem contas cujo recebimento seja considerado duvidoso, e dessa forma não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

13 Investimentos

Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e indiretas ("subsidiárias"). As subsidiárias são consolidadas quando a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

(a) Composição

	Informações em 31 de dezembro de 2025				Resultado de equivalência patrimonial		Controladora	
	Patrimônio Líquido	Prejuízo do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2025	2024	2025	Saldo
								2024
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	28.701	(924)	5,01	5,01	(924)	168	1.223	27.646
Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	29.867	(1.951)	5,01	5,01	(1.951)	341	909	29.299
NK232 Empreendimentos e Participações S.A.	56.436	-	55,00	55,00	-	509	56.436	56.462
					(2.875)	1.018	58.568	113.407

Os resultados de investimento registrado na Companhia não conciliam com o percentual correspondente à participação societária em 31 de dezembro de 2025, devido ao cálculo de equivalência patrimonial considerar a desproporcionalidade dos dividendos, no qual determina que o pagamento de dividendos de 100% superior para as ações preferenciais.

(b) **Movimentação**

	Controladora	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	113.407	112.873
Equivalência patrimonial	(2.875)	1.018
Reversão de dividendos	484	(484)
Redução de capital (Nota 1.1.1(a))	(52.448)	-
Saldo no final do exercício	58.568	113.407

14 Imobilizado

Política contábil

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. Desta forma os ativos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL.

As controladas da Companhia reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Nota 15).

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia não identificaram indicativos de *impairment* para os ativos imobilizados.

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição e movimentação

								Consolidado	
	Aerogeradores	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Móveis e utensílios	Desmobilização de ativos	Veículos	Obras em andamento	2025	2024
Saldo no início do exercício (i)									
Custo	344.687	85.686	1.375	126	4.731	4	5.859	442.468	445.825
Depreciação acumulada	(38.685)	(7.402)	(118)	(17)	(322)	(1)	-	(46.545)	(26.270)
Saldo líquido no início do exercício	<u>306.002</u>	<u>78.284</u>	<u>1.257</u>	<u>109</u>	<u>4.409</u>	<u>3</u>	<u>5.859</u>	<u>395.923</u>	<u>419.555</u>
Adições	-	-	-	-	-	-	547	547	1.260
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.617)
Remensurações (ii)	-	-	-	-	(1.568)	-	-	(1.568)	-
Depreciação	(16.827)	(3.267)	(46)	(13)	(125)	(1)	-	(20.279)	(20.275)
Transferências	-	292	-	80	-	-	(372)	-	-
Saldo no final do exercício	<u>289.175</u>	<u>75.309</u>	<u>1.211</u>	<u>176</u>	<u>2.716</u>	<u>2</u>	<u>6.034</u>	<u>374.623</u>	<u>395.923</u>
Custo	344.687	85.978	1.375	206	3.163	4	6.034	441.447	442.468
Depreciação acumulada	(55.512)	(10.669)	(164)	(30)	(447)	(2)	-	(66.824)	(46.545)
Saldo líquido no final do exercício	<u>289.175</u>	<u>75.309</u>	<u>1.211</u>	<u>176</u>	<u>2.716</u>	<u>2</u>	<u>6.034</u>	<u>374.623</u>	<u>395.923</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,0%	5,0%	3,0%	3,0%	3,0%	15,0%			

- (i) Os saldos de custo de servidão estão classificados em intangível.
- (ii) Em 30 de setembro de 2025, foi realizada a revisão das premissas relacionadas à provisão para desmobilização de ativos, que resultou na redução do saldo provisionado no passivo de R\$ 1.568 (Nota 17), que foi reconhecido contra o ativo imobilizado, na classe de “Desmobilização de ativos”.

15 Financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

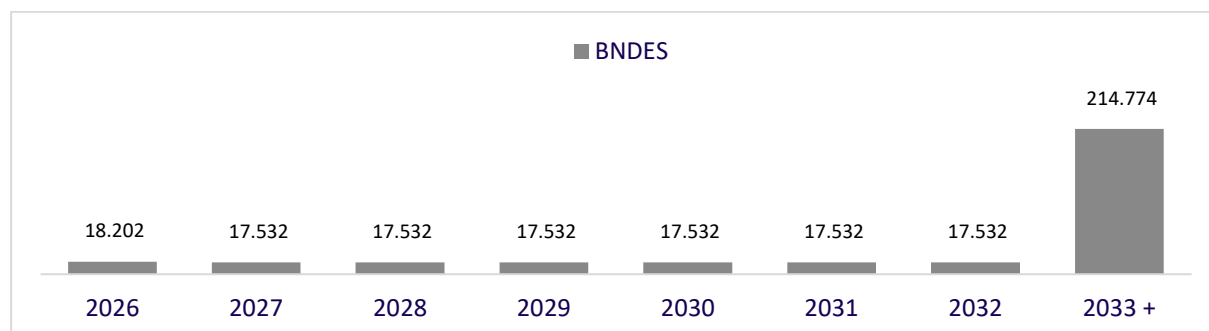
(a) Composição

										Consolidado
										2025
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor Justo
BNDES	IPCA+4,56%	17.864	(332)	670	18.202	326.018	(6.052)	319.966	338.168	387.558
		17.864	(332)	670	18.202	326.018	(6.052)	319.966	338.168	387.558

										Consolidado
										2024
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor Justo
BNDES	IPCA+4,56%	17.082	(332)	613	17.363	328.835	(6.384)	322.451	339.814	181.258
		17.082	(332)	613	17.363	328.835	(6.384)	322.451	339.814	181.258

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

(b) Perfil de vencimento consolidado



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	Nota	Consolidado	
		2025	2024
Saldo no início do exercício		339.814	339.802
Provisões de juros	7	15.499	15.554
Atualização monetária	7	15.558	16.362
Apropriações dos custos de captações	7	332	332
Juros pagos		(15.469)	(15.523)
Liquidações		(17.566)	(16.713)
Saldo no final do exercício		338.168	339.814

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDES	Garantia prestada pela Auren Energia S.A.; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Repasso	Garantia prestada pela Auren Energia S.A. e pela Ventos de Santo Estevão Holding S.A.; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Debêntures	Garantia prestada pela Auren Energia S.A.; Garantia prestada pelas controladas da Companhia; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(e) Condições restritivas

Os contratos de financiamentos da Companhia e suas controladas possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras incluem o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). No período findo em 31 de dezembro de 2025, as condições contratuais foram cumpridas.

16 Provisão para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas provável

Ações cíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não possuem processos com prognóstico de perda provável.

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia possuem apenas processos cíveis com prognóstico de perda possível no montante atualizado de R\$ 9 (R\$ 8 apenas processos cíveis em 31 de dezembro de 2024).

17 Obrigações com desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

(a) Composição e movimentação

	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente	Consolidado	
			2025	2024
Saldo no início do exercício	115.223	(109.348)	5.875	5.336
Remensuração (i)	(88.849)	87.281	(1.568)	-
Ajuste a valor presente (Nota 7)	-	528	528	539
Saldo no final do exercício	26.374	(21.539)	4.835	5.875
Não circulante	26.374	(21.539)	4.835	5.875
	26.374	(21.539)	4.835	5.875

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, foi realizada a revisão das premissas utilizadas para a provisão de desmobilização dos ativos dos parques eólicos. A partir dessa atualização, os custos estimados deixaram de ter os fluxos inflacionados e passaram a ser reajustados mensalmente pelo IPCA. Essa mudança torna as projeções econômicas mais aderentes à realidade e reduz as incertezas associadas a estimativas de longo prazo.

O saldo do passivo passou a ser mensurado a valor presente utilizando a taxa da NTN-B, sem projeção futura de IPCA e sem inclusão de prêmio de risco. Como consequência dessa revisão, houve uma redução no Ajuste a Valor Presente (AVP) anteriormente registrado, com impacto correspondente no ativo imobilizado (nota 14).

18 Partes relacionadas

Política contábil

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

A Companhia e suas controladas não possuem despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

	Consolidado									
	Ativo		Passivo		Vendas (Nota 5)		Compras e serviços		Resultado Financeiro	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes - Vendas (Nota 12)										
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	514	-	-	-	2.733	5.124	-	-	-	-
CESP Companhia Energética de São Paulo S.A.	361	4.908	-	-	4.347	49.080	-	-	-	-
	<u>875</u>	<u>4.908</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.080</u>	<u>54.204</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Fornecedores - Compras e serviços										
Votorantim S.A.	-	-	62	131	-	-	(781)	(717)	-	-
CESP Comercializadora de energia S.A.	-	-	-	3.598	-	-	3.598	(3.598)	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	-	(4.262)	(18.841)	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>62</u>	<u>3.729</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.445)</u>	<u>(23.156)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Repasse de custos partes relacionadas (ii)										
CESP Companhia Energética de São Paulo S.A.	-	-	991	627	-	-	(515)	(627)	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	852	460	-	-	(528)	(460)	-	-
Auren Energia S.A.	-	-	5.083	2.725	-	-	(3.045)	(2.725)	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.926</u>	<u>3.812</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.088)</u>	<u>(3.812)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Mútuo										
Auren Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(821)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(821)</u>
Conta corrente (i)										
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	1.004	1.004	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A.	1.004	1.004	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	823	823	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	-	-	907	907	-	-	-	-	-	-
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	731	731	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>3.562</u>	<u>3.562</u>	<u>907</u>	<u>907</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>4.437</u>	<u>8.470</u>	<u>7.895</u>	<u>8.448</u>	<u>7.080</u>	<u>54.204</u>	<u>(5.533)</u>	<u>(26.968)</u>	<u>-</u>	<u>(821)</u>

(i) Refere-se principalmente aos rateios com os consórcios.

(ii) Refere-se, principalmente a rateios de despesas compartilhadas de mão de obra e de serviços de tecnologia

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado da Companhia era de R\$20.490 (R\$ 136.930 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 55.383.364 (205.383.364 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias e preferenciais, todas normativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2025, a única acionista da Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A. era a Auren Energia S.A.

20 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

As controladas da Companhia optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia, e para as vendas de crédito de carbono com base na alíquota de presunção de 32% (IRPJ e CSLL).

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a holding apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. A Companhia apenas registra diferido passivo sobre diferenças temporárias.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício de doze meses findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Controladora	
	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(93)	25.396
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	32	(8.635)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Equivalência patrimonial	(978)	346
Incentivo fiscal	24	-
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	155	(446)
Outras adições permanentes, líquidas	(1)	-
Efeito de empresas tributadas pelo lucro presumido	-	-
IRPJ e CSLL apurados	(768)	(8.735)
Correntes	(443)	-
Diferidos	(325)	(8.735)
IRPJ e CSLL no resultado	(768)	(8.735)

	Consolidado			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Outras Receitas Operacionais	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	72.946	72.946	9.851	9.851
% de Presunção da Base	8%	12%		
Base de cálculo Presumida	5.836	8.754	9.851	9.851
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	1.410	788	2.463	887

	Consolidado					
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)		Outras Receitas Operacionais	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	289.233	289.233	62.273	62.273	4.507	4.507
% de Presunção da Base	8%	12%			32%	32%
Base de cálculo Presumida	23.139	34.708	62.273	62.273	1.442	1.442
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	5.448	3.123	15.568	5.605	361	130

21 Instrumentos financeiros e gestão de risco

21.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativos					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 12)		4.853	8.861	-	-
Partes relacionadas (Nota 18)		-	3.562	-	-
		4.853	12.423	-	-
Ao valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa (i) (Nota 8)	2	24.611	99.227	3.228	40.713
Aplicações financeiras (Nota 9)	1	6.159		584	
Fundo de liquidez - Conta reserva (Nota 10)	1	10.343	10.041	-	-
		41.113	109.268	3.812	40.713
		45.966	121.691	3.812	40.713
Passivos					
Ao custo amortizado					
Financiamentos (ii) (Nota 15)		338.168	339.814	-	-
Arrendamentos		-	10	-	-
Fornecedores		6.163	6.296	29	51
Partes relacionadas (Nota 18)		7.833	4.719	-	-
		352.164	350.839	29	51

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 15 (a).

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo considerando a seguinte hierarquia:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

21.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos da Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra

eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Financiamentos (i)	32.657	66.785	66.737	407.889	574.068
Fornecedores	6.163	-	-	-	6.163
Partes relacionadas	6.926	907	-	-	7.833
	45.746	67.692	66.737	407.889	588.064
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos (i)	31.794	44.446	74.872	344.207	495.319
Fornecedores	6.296	-	-	-	6.296
Arrendamentos (i)	10	-	-	-	10
Partes relacionadas	3.812	907	-	-	4.719
	41.912	45.353	74.872	344.207	506.344
	Controladora				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	29	-	-	-	29
	29	-	-	-	29
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	51	-	-	-	51
	51	-	-	-	51

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades das controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia e suas controladas realizam periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia e suas controladas consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco em renováveis não-hídricas

(i) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia e suas controladas possuem em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia e suas controladas.

(ii) *Constrained-off* de usinas eólicas

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia e suas controladas, incluindo eventuais operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e suas controladas decorrem de contratos operacionais, financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia e suas controladas os quais são permanentemente monitorados.

21.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva e financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

					Consolidado				
					Impactos no resultado				
					Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	41.113	BRL mil	-72,92bps	(300)	(1.531)	(3.063)	1.531	3.063
IPCA 4,26%	Financiamentos e debêntures (i)	344.552	BRL mil	6bps	(212)	3.669	7.339	(3.669)	(7.339)

					Controladora				
					Impactos no resultado				
					Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	3.812	BRL mil	-72,92 bps	(28)	(142)	(284)	142	284

(i) Valores desconsideram os custos de captação.

*basis point